



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



51º CONSELHO DIRETOR

63ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 26-30 de setembro de 2011

Tema 4.3 da agenda

CD51/6, Rev. 1 (Port.)
30 de setembro de 2011
ORIGINAL: INGLÊS

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

Introdução

1. Em 2008, o 48º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde convocou uma *Mesa-Redonda sobre Mudança Climática e seu Impacto na Saúde Pública: uma Perspectiva Regional* (Documento CD48/16) (1) e aprovou seu relatório final (Documento CD48/16, Add. II) (2). Os participantes da mesa-redonda examinaram o documento *Proteger a saúde dos efeitos da mudança climática na Região das Américas: passando das evidências à ação* (Documento CD48/16, Anexo A) (3), que propunha os elementos e estrutura de um Plano de Ação Regional para Proteger a Saúde dos Efeitos da Mudança Climática na Região das Américas.
2. Peritos internacionais participaram da elaboração do Plano Regional num seminário regional realizado no Brasil de 9 a 11 de abril de 2008. O documento, que considera como insumos as avaliações nacionais da mudança climática coordenadas pela OPAS, foi examinado pela maioria dos Estados-Membros da América do Norte, Central e do Sul e do Caribe. O Plano Regional para 2008 serviu de base para o apoio da OPAS às iniciativas nacionais sobre mudança climática e saúde e para a elaboração da Estratégia sobre Mudança do Clima e Saúde para os países do Mercosul.
3. O presente documento baseia-se no Plano Regional para 2008, nas experiências nacionais, sub-regionais e regionais e no plano de trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre mudança climática e saúde para 2008 (Documento A62/11) (4).

Antecedentes

4. A Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi aberta à assinatura na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e entrou em vigor em 1994. Ela define a mudança climática como uma “mudança do clima atribuível direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global, adicional à variabilidade natural do clima observada durante períodos comparáveis” (5). As Partes na Convenção devem apresentar relatórios nacionais sobre a implementação da Convenção conhecida como Comunicações Nacionais. A UNFCCC e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) dedicou bastante tempo à análise da mudança climática, inclusive seu impacto sobre a saúde e bem-estar humano, embora nem todas as Comunicações Nacionais abordem a saúde de maneira suficientemente detalhada.

5. O Dia Mundial da Saúde da OMS em 2008 foi celebrado com o slogan “Proteger a saúde da mudança climática”, sublinhando que o setor da saúde deve urgentemente tomar medidas decisivas para neutralizar os impactos potencialmente devastadores deste fenômeno emergente.

6. Em 2008, a 61ª Assembleia Mundial da Saúde observou com preocupação as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (6), as quais indicam:

- Os efeitos da elevação da temperatura sobre alguns aspectos da saúde humana já estão sendo observados;
- O efeito global líquido da mudança climática projetada sobre a saúde humana deve ser negativo, especialmente nos países em desenvolvimento, pequenos Estados insulares e comunidades vulneráveis que têm menos capacidade de se preparar e adaptar a tal mudança;
- A exposição à mudança climática projetada pode afetar a saúde de milhões de pessoas, através de aumento da desnutrição e do número de mortes e ferimentos devidos a eventos climáticos extremos, carga de doenças diarreicas e frequência de doenças cardiorrespiratórias, bem como através de alterações na distribuição de alguns vetores de doenças infecciosas.

7. Reconhecendo o robusto consenso científico global, o qual afirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e que está afetando adversamente a saúde humana, em 2008 a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a Resolução WHA61.19 (7). Essa resolução solicita que o Diretor-Geral, entre outras coisas, “consulte os Estados-Membros acerca da preparação de um plano de trabalho que amplie o apoio técnico da OMS aos Estados-Membros para avaliar e abordar as implicações da mudança climática para a saúde e os sistemas sanitários, inclusive ferramentas práticas, metodologias e

mecanismos para facilitar o intercâmbio de informações e boas práticas e a coordenação entre Estados-Membros, e apresentar um projeto de plano de trabalho à Diretoria Executiva em sua 124ª sessão.” O plano de trabalho foi endossado pela Diretoria Executiva em 2009 (Resolução EB124.R5) (8).

8. A OPAS e a OMS têm colaborado de maneira estreita e contínua sobre mudança climática nas Américas e no resto do mundo. Essa cooperação visa a aumentar a conscientização acerca das consequências sanitárias da mudança climática, avaliar riscos específicos de cada país, fortalecer os sistemas de saúde para assegurar proteção contra riscos relacionados ao clima e promover a inclusão de uma perspectiva de saúde pública nas decisões sobre mudança climática tomadas em outros setores. A OPAS participou das Conferências das Partes (COP) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A OPAS e a OMS, juntamente com o Governo do México, coordenaram o evento “Mudança climática e saúde: desafios e oportunidades” durante a 16ª Conferência das Partes, realizada em Cancún, México, em dezembro de 2010. A OPAS também está trabalhando com outras organizações regionais e internacionais de modo a contribuir para a 20ª Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Brasil em 2012. Um tema importante dessa conferência é a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável. Essa estratégia é uma contribuição importante para reduzir a pegada ecológica global e os gases de efeito estufa que contribuem para a mudança climática.

Análise da situação

9. As evidências científicas e o consenso da comunidade científica sobre a mudança climática são irrefutáveis. Em grande parte, essa mudança se deve ao uso de combustíveis fósseis. Com base nos aumentos observados na temperatura média global do ar e do oceano, bem como no derretimento generalizado da neve e gelo e elevação do nível médio global dos oceanos, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) concluiu em 2007 que o aquecimento do clima — que inclui um aumento da variabilidade climática — é inequívoco. As evidências em todo o mundo demonstram que a elevação da temperatura está mudando e afetando o equilíbrio dos sistemas naturais que satisfazem as necessidades básicas da vida (6, 9). A Organização Meteorológica Mundial (WMO) informou que 2010 foi o ano mais quente já registrado, junto com 2005 e 1998 (10). Segundo o IPCC (6), o nível médio global dos oceanos elevou-se a uma taxa média de 1,8 mm/ano desde 1961 e 3,1 mm/ano desde 1993.

10. Na Região das Américas, o número de eventos hidrometeorológicos registrados (secas, temperatura extrema, inundações e tempestades) é causa de grave preocupação. Também são preocupantes as mudanças previstas no abastecimento de alimentos e segurança nutricional, fornecimento de água, alcance e distribuição das doenças transmitidas por vetores, elevação do nível do mar e concentração de poluentes atmosféricos. Os efeitos da mudança climática sobre as cidades, como ondas de calor, se

tornarão cada vez mais significativos. Nos países em que houve urbanização rápida e mal planejada, as consequências danosas podem ser ainda maiores.

11. Os resultados da mudança climática e as respostas a ela devem ser analisados sob uma perspectiva de direitos humanos (11). A mudança climática pode criar condições que fomentem violações dos direitos humanos ou que possam limitar a proteção ou promoção de direitos.

12. Os efeitos adversos da mudança climática sobre a saúde podem ser diretos e indiretos. Os extremos climáticos, como estresse térmico e desastres climáticos, afetam diretamente a saúde. Doenças transmitidas por vetores, doenças transmitidas por alimentos e pela água e insegurança alimentar e hídrica resultam indiretamente da mudança climática. Desastres climáticos causados pela mudança climática, secas e doenças podem resultar em deslocamento social e econômico, inclusive deslocamento de populações (9). Mulheres e homens (devido a seus diferentes papéis sociais, discriminação legal e níveis de pobreza) são afetados diferentemente pelos efeitos da mudança climática e por eventos climáticos extremos e desastres climáticos (14). Além disso, a posição socioeconômica inferior das mulheres faz com que tenham menos acesso a informação, menos controle sobre as decisões que as afetam e menor acesso a recursos e benefícios para responder à mudança climática e o consequente deslocamento.¹ As respostas à mudança climática devem levar em conta essas diferenças de gênero.

13. As atuais vulnerabilidades da população afetam a capacidade de responder ao impacto da mudança climática. A identificação dos grupos populacionais que não podem lidar com os efeitos da variabilidade do clima e extremos climáticos é essencial para formular e implementar estratégias eficazes de mudança climática e saúde. Muitas estratégias podem ser adaptadas a partir das atuais ações de preparação e resposta de emergência. As populações em risco nas Américas vivem em áreas sujeitas a inundações, secas e ondas de calor. Os grupos mais vulneráveis incluem crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas ou lactantes, idosos, pobres e todos os socialmente excluídos, populações indígenas e outros grupos étnicos, migrantes e populações deslocadas que vivem em áreas urbanas e rurais. É importante assinalar que, em geral, as crianças são particularmente vulneráveis à mudança climática, em resultado de doenças diarreicas, malária, dengue, entre outras doenças, associadas a eventos hidrometeorológicos. A vulnerabilidade pode ser exacerbada por fatores estruturais de estresse que existem em muitas comunidades nas Américas, como pobreza, insegurança alimentar, conflito social e doenças.² Os países de baixa renda e áreas em que a desnutrição é generalizada, a educação deficiente e a infraestrutura fraca, enfrentarão os desafios mais difíceis para adaptar-se à mudança climática e suas consequências sobre a saúde. Os países desenvolvidos também podem ser

¹ Para obter mais informações, visite o site da Global Gender and Climate Alliance: <http://www.gender-climate.org/gender.html> [consultado em 19 de março de 2011].

² OPAS/CEPAL-CELADE. Atlas Regional de Vulnerabilidad Social Subnacional y su Impacto en la Salud. Washington, D.C.: OPAS; 2010.

vulneráveis, conforme demonstram os impactos de eventos climáticos extremos, como tempestades, inundações, tornados e ondas de calor.

14. A UNFCCC recomenda *mitigação*, isto é, ações para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, e *adaptação*, isto é, ações para reduzir o impacto da mudança climática sobre o ambiente e a sociedade. A adaptação é necessária porque certo grau de mudança climática é inevitável. A mitigação e a adaptação requerem que a sociedade civil, indústria, governo e outros setores trabalhem juntos. Ambas as abordagens devem considerar a diversidade cultural da região e a necessidade de aumentar a conscientização dos cidadãos acerca da mudança climática e suas ameaças.

15. Muitas medidas de mitigação tomadas por outros setores também beneficiam a saúde. Por exemplo, uma redução nas emissões de gases do efeito estufa dos setores de indústria e transporte podem aliviar a poluição do ar. O setor da saúde também emite gases do efeito estufa e pode contribuir significativamente para os esforços de mitigação e adaptação, reduzindo a pegada de carbono, baseando-se em seu trabalho para tornar as instalações de saúde mais seguras.

16. Já que é previsível certo grau de mudança climática, os governos, inclusive o setor da saúde, devem fazer ajustes para adaptar-se a essas mudanças, preparar os sistemas de saúde e proteger a saúde da população contra os crescentes riscos associados à mudança climática. Em particular, será necessário fortalecer as intervenções básicas de saúde pública em áreas como controle de vetores, proteção da saúde ambiental, promoção da saúde e vigilância de doenças. O setor da saúde também deve dar mais atenção aos determinantes sociais da saúde (veja “Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health—Final Report of the Commission on Social Determinants of Health”).³ A OPAS e a OMS prepararam guias para ajudar os países a avaliar sua vulnerabilidade à mudança climática, para que possam identificar intervenções prioritárias de saúde.⁴

17. As respostas do setor da saúde representam oportunidades para proteger a saúde pública, como o fortalecimento das intervenções básicas de saúde pública para incluir maior atenção aos determinantes ambientais e socioeconômicos da saúde. A resposta do setor da saúde só poderá ser eficaz se agir em sinergia com iniciativas como a prestação de serviços primários de saúde dentro de iniciativas de “ambientes saudáveis”, ou outras intervenções, como as de saúde urbana. A força e a experiência do setor da saúde em termos de preparação, adquiridas com a gestão de riscos e emergências ambientais como as resultantes de furacões

³ Commission on Social Determinants of Health (CSDH). *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde; 2008.

⁴ Para obter mais informações, visite o site da Organização Mundial da Saúde, página sobre mudança do clima e saúde humana: recursos de adaptação para os parceiros de saúde [consultado em 5 de abril de 2011]. Disponível em: <http://www.who.int/globalchange/resources/adaptationresources/en/index.html>.

e El Niño, constituem uma vantagem. As várias intervenções dos países para adaptação à mudança climática (como as atividades interinstitucionais financiadas pelo Fundo das Nações Unidas para consecução dos ODM, estabelecido com uma contribuição generosa do Governo da Espanha, ou pelo Global Environment Facility) também são consideradas uma vantagem.

18. A mudança climática tem impactos adversos sobre as populações que vivem em diferentes áreas geográficas. O elevado índice de urbanização na Região das Américas torna crucial a consideração dos determinantes da saúde urbana no contexto das mudanças climáticas, inclusive o abastecimento de água. As questões da mudança climática foram abordadas durante o Dia Mundial da Saúde de 2010 (Urbanismo e vida saudável) e na mesa-redonda sobre o mesmo tema realizada em 2010 durante o 50º Conselho Diretor da OPAS (Documento CD50/19, Add. II) (15). As áreas rurais, por outro lado, abrigam algumas das populações mais vulneráveis. Além disso, o fato de haver muitas nações insulares na Região desperta preocupações com a elevação do nível do mar e a disponibilidade de água potável nas ilhas menores. A disponibilidade de alimentos e o rendimento das lavouras podem diminuir em algumas comunidades, afetando a nutrição e provocando o deslocamento de populações. Doenças transmitidas por vetores sensíveis ao clima, como dengue, febre amarela e malária, que podem mudar sua distribuição geográfica, merecem atenção particular. Trata-se de algumas preocupações de saúde que indicam a necessidade de um plano de ação regional, bem como planos de ação nacionais, para proteger a saúde da população.

19. A OPAS apoia as intervenções e atividades que os países da Região estão implementando. Por exemplo, os ministérios da saúde da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai acordaram uma estratégia e plano de ação para os países do Mercosul (Acordo 12/09). O Brasil definiu intervenções de saúde em seu Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O Ministro da Saúde Pública do Equador assinou uma Declaração para a UNFCCC COP16 (2010), descrevendo o compromisso e atividades de seu país. A Bolívia incluiu a saúde em seu Plano Nacional de Adaptação. Canadá e Estados Unidos da América avaliaram os impactos e vulnerabilidades que a saúde sofre em função da mudança climática. Os Comitês Regionais da OMS também endossaram Planos de Ação Regionais para proteger a saúde das repercussões da mudança climática.

Proposta

20. A meta da Estratégia sobre Mudança Climática e Saúde é equipar e fortalecer os sistemas de saúde nacionais e locais para que possam proteger a saúde humana dos riscos relacionados à mudança climática. As preocupações com a segurança da saúde pública estão no centro da resposta à mudança climática.

21. O Plano de Ação, por sua vez, apoia o desenvolvimento e implementação de ações importantes no âmbito local, nacional e regional para minimizar os impactos da mudança

climática sobre a saúde e encorajar o setor da saúde a adotar medidas de gestão energética para mitigar a mudança climática e evitar impactos adicionais potencialmente desastrosos sobre a saúde. O Plano de Ação serve de modelo para a elaboração de planos de ação nacionais ajustados às necessidades locais.

Estratégia

22. A Estratégia abrange as seguintes áreas:

Área estratégica 1: Evidências: Fortalecer a geração e difusão de conhecimento sobre os riscos sanitários associados à mudança climática e sobre a resposta apropriada de saúde pública a esse fenômeno.

Área estratégica 2: Conscientização e educação: Despertar conscientização e aumentar o conhecimento dos efeitos da mudança climática sobre a saúde entre o público em geral e em outros setores, inclusive pessoal de saúde, promovendo capacitação e comunicando e divulgando informação mediante um enfoque multidisciplinar.

Área estratégica 3: Parcerias: Promover, articular e estabelecer parcerias multidisciplinares, interinstitucionais e intersectoriais para assegurar que a proteção e promoção da saúde estejam no centro das políticas sobre mudança climática.

Área estratégica 4: Adaptação: Fortalecer e desenvolver a capacidade dos sistemas de saúde de elaborar, implementar, monitorar e avaliar medidas de adaptação para melhorar a capacidade de resposta aos riscos representados pela mudança climática.

Plano de Ação⁵

23. O Plano de Ação cobrirá o período de 2012 a 2017. Está organizado em torno das quatro áreas estratégicas e propõe os seguintes objetivos, indicadores e ações.

Objetivo 1: Promover e apoiar geração e difusão de conhecimento para facilitar ações baseadas em evidências que reduzam os riscos sanitários associados à mudança climática.

Indicador

- Número de países que incluem indicadores climáticos em seus sistemas de vigilância da saúde ambiental. (Ponto de partida: 7. Meta: 20. [A ser confirmada])

⁵ Atualmente, dispomos apenas de informação parcial para definir as bases e metas de alguns indicadores. Na conclusão do primeiro ano de execução do plano, será efetuada uma avaliação para completar a informação; ao mesmo tempo, esse plano será alinhado com os objetivos estratégicos e indicadores do Plano Estratégico da Organização para 2013-2017.

Ações

- 1.1 Desenvolver um método padronizado e ferramentas para avaliar a vulnerabilidade, que forneça informações sobre as ações necessárias para a adaptação.
- 1.2 Apoiar pesquisas que recolham evidências sobre os impactos da mudança climática na saúde, com foco nas desigualdades socioeconômicas e de gênero e grupos vulneráveis.
- 1.3 Identificar e adaptar indicadores de mudança climática para sua inclusão em sistemas nacionais de vigilância, inclusive todos os efeitos relevantes para a saúde, como os resultantes de ondas de calor e mudanças na distribuição geográfica de vetores.
- 1.4 Desenvolver, adaptar ou adotar indicadores de vulnerabilidade; estabelecer o grau de vulnerabilidade; e monitorar o progresso das medidas de adaptação e a eficácia e eficiência das intervenções.
- 1.5 Estabelecer redes de peritos e instituições e criar mecanismos, ou fortalecer os existentes, para o intercâmbio de informações sobre mudança climática e saúde de modo a contribuir para a integração regional das atividades de adaptação.
- 1.6 Facilitar a preparação e difusão de diretrizes técnicas sobre a melhor maneira de reduzir as emissões de gases do efeito estufa no setor da saúde.
- 1.7 Promover a avaliação de estratégias de mitigação dos gases do efeito estufa implementadas por outros setores (por exemplo, energia, transporte e planejamento urbano) e usar a informação resultante para a tomada de decisões destinadas a minimizar os efeitos negativos da mudança climática sobre a saúde e bem-estar humano.
- 1.8 Disseminar a informação gerada pelas redes de comunicação, como sites e biblioteca virtual.

Objetivo 2: Despertar conscientização e aumentar o conhecimento sobre os efeitos da mudança climática na saúde para facilitar intervenções de saúde pública.

Indicador

- Número de países que incluem informação sobre mudança climática e saúde em suas estratégias nacionais de mudança do clima. (Ponto de partida: 14. Meta: 25. [A ser confirmada])

Ações

- 2.1 Sensibilizar as autoridades para os projetados efeitos negativos da mudança climática sobre a saúde humana e a necessidade de reduzir os riscos associados à mudança climática no campo da saúde pública; promover respostas apropriadas e eficazes do sistema de saúde.

- 2.2 Trabalhar com a sociedade civil e ONGs relevantes no desenvolvimento e adaptação de guias de educação e comunicação como modo de promover a conscientização acerca dos riscos e desenvolver campanhas de promoção da saúde para proteger as comunidades em face da mudança climática.
- 2.3 Elaborar guias de educação, informação e capacitação para o setor da saúde que abordem a mudança climática e a saúde.
- 2.4 Continuar e fortalecer o trabalho da OPAS em apoio aos esforços dos Estados-Membros para prover capacitação em saúde ambiental, especificamente em mudança climática e saúde.
- 2.5 Encorajar o desenvolvimento de competências básicas em promoção da saúde e prevenção de doenças que possam ajudar a mitigar e reduzir os efeitos adversos da mudança climática sobre a saúde.
- 2.6 Apoiar o desenvolvimento de campanhas nacionais para aumentar a conscientização acerca dos riscos da mudança climática para a saúde.

Objetivo 3: Promover políticas e intervenções nos países e entre eles em coordenação com outras agências e setores.

Indicador

- Número de países cujo setor da saúde contribui para a UNFCCC informando sobre questões sanitárias em suas Comunicações Nacionais à Convenção. (Ponto de partida: 14. Meta: 25. [A ser confirmada])

Ações

- 3.1 Fortalecer parcerias existentes com grupos e redes multidisciplinares de peritos que possam ajudar o setor da saúde a implementar ações relacionadas à mudança climática.
- 3.2 Fornecer cooperação técnica aos Estados-Membros para assegurar que o setor da saúde possa participar dos processos da UNFCCC referentes à mudança climática.
- 3.3 Promover projetos de cooperação técnica entre países que visem a avaliar e mitigar os efeitos da mudança climática sobre a saúde em áreas que sofrem impactos similares e em áreas fronteiriças.
- 3.4 Promover ações sobre mudança climática e saúde nos mecanismos de integração sub-regional: Comunidade de Nações Andinas (CAN), Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Comunidade do Caribe (Caricom).
- 3.5 Identificar e estabelecer Centros Colaboradores da OPAS/OMS na área de mudança climática e saúde para apoiar o desenvolvimento de capacidade nacional e regional.

Objetivo 4: Apoiar a avaliação da vulnerabilidade da população à mudança climática e identificar intervenções de adaptação.

Indicador

- Número de países que realizaram avaliações da vulnerabilidade e adaptação do setor da saúde à mudança climática. (Ponto de partida: 13. Meta: 25. [A ser confirmada])

Ações

- 4.1 Fornecer cooperação técnica e apoio nacional e regional para formular e executar planos de ação que abordem os riscos sanitários da mudança climática.
- 4.2 Implementar medidas de adaptação baseadas em avaliações da mudança climática e vulnerabilidade da saúde.
- 4.3 Melhorar a capacidade regional, nacional e local de resposta às necessidades de saúde pública em emergências causadas pelo aumento na frequência e intensidade de desastres relacionados a modificações nos padrões hidrometeorológicos e a epidemias de amplo alcance.
- 4.4 Fortalecer os serviços primários de saúde, inclusive prevenção primária, reforçando a capacidade das comunidades locais para se tornar resistente a riscos relacionados ao clima.

Monitoramento e avaliação do Plano

24. Este Plano de Ação contribui para a consecução dos objetivos estratégicos 5 e 8 do Plano Estratégico da OPAS (OE5⁶ e OE8)⁷. Os resultados esperados na região (RER) para os quais este Plano de Ação contribui são indicados no Anexo B. O monitoramento e a avaliação deste Plano estarão alinhados com o quadro de gestão baseada nos resultados da Organização, bem como seus processos de desempenho, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, serão elaborados relatórios de progresso com base na informação disponível no fim de cada biênio.

25. Para determinar os pontos fortes e fracos da implementação, as causas dos êxitos e fracassos e as ações futuras, será realizada uma avaliação final.

⁶ OE5: Reduzir as consequências para a saúde de emergências, desastres, crises e conflitos e minimizar seu impacto socioeconômico.

⁷ OE8: Promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e influenciar políticas públicas em todos os setores a fim de abordar as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde.

Ação do Conselho Diretor

26. Solicita-se que o Conselho Diretor examine a Estratégia e Plano de Ação sobre Mudança Climática e considere a aprovação do projeto de resolução (Anexo A).

Referências:

1. Organização Pan-Americana da Saúde. Mesa-Redonda sobre mudança climática e seu impacto na saúde pública: uma perspectiva regional [Internet]. 48º Conselho Diretor da OPAS, 60ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 29 de setembro a 3 de outubro de 2008; Washington (DC), EUA. Washington (DC): OPAS; 2008 (Documento CD48/16) [consultado em 18 de março de 2011]. Disponível em:
<http://www.paho.org/english/gov/cd/cd48-16-e.pdf>.
2. Organização Pan-Americana da Saúde. Mesa-Redonda sobre mudança climática e seu impacto na saúde pública: uma perspectiva regional. Relatório final [Internet]. 48º Conselho Diretor da OPAS, 60ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 29 de setembro a 3 de outubro de 2008; Washington (DC), EUA. Washington (DC): OPAS; 2008 (Documento CD48/16, Add. II) [consultado em 18 de março de 2011]. Disponível em:
<http://www.paho.org/english/gov/cd/cd48-16a2-e.pdf>.
3. Organização Pan-Americana da Saúde. Mesa-Redonda sobre mudança climática e seu impacto na saúde pública: uma perspectiva regional — Relatório oficial: proteger a saúde dos efeitos da mudança climática na região das Américas: passando das evidências à ação [Internet]. 48º Conselho Diretor da OPAS, 60ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 29 de setembro a 3 de outubro de 2008 [Internet].; Washington (DC), EUA. Washington (DC): OPAS; 2008 (Documento CD48/16, Anexo A) [consultado em 18 de março de 2011]. Disponível em:
<http://www.paho.org/english/gov/cd/cd48-16-e.pdf>.
4. Organização Mundial da Saúde. Climate change and health: Report by the Secretariat [Internet]. 62ª Assembleia Mundial da Saúde; 18-27 de maio de 2009; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2009 (Documento A62/11) [consultado em 18 de março de 2011]. Disponível em:
http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/A62/A62_11-en.pdf.
5. Nações Unidas. United Nations Framework Convention on Climate Change (Artigo 1º, Parágrafo 2) [Internet]. Nova York, US. Nova York: Nações Unidas; 1992 [consultado em 24 de fevereiro de 2011]. Disponível em:
<http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.

6. Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate change 2007: synthesis report [Internet]. XXVII Plenária do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima; 12-17 de novembro de 2007; Valência, Espanha. Genebra: IPCC; 2007 [consultado em 24 de fevereiro de 2011]. Disponível em:
http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf.
7. Organização Mundial da Saúde. Climate change and health [Internet]. 61ª Assembleia Mundial da Saúde; 19-24 de maio de 2008; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2008 (Resolução WHA61.19) [consultado em 19 de março de 2011]. Disponível em:
http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA61-REC1/A61_Rec1-part2-en.pdf.
8. Organização Mundial da Saúde. Climate change and health. [Internet]. 124ª Sessão da Diretoria Executiva; 19-27 de janeiro de 2009; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2009 (Resolução EB124.R5) [consultado em 19 de março de 2011]. Disponível em:
http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB124-REC1/2B124_REC1-en.pdf.
9. Organização Pan-Americana da Saúde. Climate change and human health—risk and responses: revised summary 2008 [Internet]. Washington (DC), EUA. Washington (DC): OPAS; 2008 [consultado em 18 de março de 2011]. Disponível em:
<http://www.paho.org/english/dd/pin/climatechangeEN.pdf>.
10. Organização Meteorológica Mundial. Press Release No. 906 [Internet]. Genebra: WMO; 2011 [consultado em 5 de abril de 2011]. Disponível em:
http://www.wmo.int/pages/mediacentre/press_releases/pr_906_en.html.
11. International Council on Human Rights Policy. Climate change and human rights: a rough guide, 2008 [Internet]. Versoix, Suíça. Genebra: ICHRP; 2008 [consultado em 24 de fevereiro de 2011]. Disponível em:
http://www.ichrp.org/files/reports/45/136_report.pdf.
12. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Resource Guide on Gender and climate change. First ed. Nova York. PNUD: 2008 (ISBN: 978-92-1-326031-9).
13. Organização Pan-Americana da Saúde. Mesa-redonda sobre urbanismo e vida saudável: Relatório Final. [Internet]. 50º Conselho Diretor da OPAS, 62ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 27 de setembro a 1º de outubro de 2010 ; Washington (DC), EUA. Washington (DC): OPAS; 2010 (Documento CD50/19, Add. II) [consultado em 19 de março de 2010]. Disponível em:
http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9030&Itemid=.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



51º CONSELHO DIRETOR

63ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 26-30 de setembro de 2011

CD51/6, Rev. 1 (Port.)

Anexo A

ORIGINAL: INGLÊS

PROJETO DE RESOLUÇÃO

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

O 51º CONSELHO DIRETOR,

Tendo considerado o relatório da Diretora, *Estratégia e Plano de Ação sobre Mudança Climática* (Documento CD51/6);

Reconhecendo que a mudança climática é uma das maiores ameaças à saúde, que afetará a consecução e sustentação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

Reconhecendo que a mudança climática representa uma ameaça à saúde pública na Região das Américas e que seu impacto será sentido com mais força pelas populações vulneráveis nas áreas baixas e costeiras, pequenas ilhas, regiões montanhosas e regiões com escassez de água, bem como pelos pobres nas áreas rurais e urbanas;

Observando que a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) reconhece e documenta os impactos adversos da mudança climática sobre a saúde;

Lembrando a “Mesa-Redonda sobre mudança climática e seu impacto na saúde pública: uma perspectiva regional” (Documento CD48/16) de 2008, seu relatório final (Documento CD48/16, Add. II) e o projeto de Plano de Ação Regional para proteger a saúde dos efeitos da mudança climática na Região das Américas;

Lembrando a resolução WHA61.19 (2008) sobre mudança climática e saúde e o plano de trabalho da OMS sobre mudança climática e saúde submetido à 62ª Assembleia Mundial da Saúde em 2009 (Documento A62/11);

Reconhecendo que o setor da saúde nas Américas precisa urgentemente proteger a saúde das consequências da mudança climática,

RESOLVE:

1. Endossar a Estratégia e aprovar o Plano de Ação sobre Mudança Climática e Saúde.
2. Instar os Estados-Membros a que:
 - a) fortaleçam sua capacidade de medir os impactos da mudança climática sobre a saúde no âmbito nacional e local, focando nas desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero;
 - b) fortaleçam a capacidade dos sistemas de saúde para monitoramento e análise das informações sobre clima e saúde para implementar medidas de prevenção oportunas e eficazes;
 - c) fortaleçam a capacidade e conscientização entre os líderes de saúde pública para fornecer orientação técnica na formulação e implementação de estratégias que abordem os efeitos da mudança climática sobre a saúde;
 - d) apoiem o desenvolvimento de materiais, métodos e ferramentas de treinamento que fortaleçam a capacidade no setor da saúde e em outros setores para a adoção de medidas de adaptação e mitigação para enfrentar a mudança climática;
 - e) promovam o envolvimento do setor da saúde com todos os setores conexos, agências e importantes parceiros nacionais e internacionais para implementar intervenções que reduzam os riscos atuais e projetados da mudança climática;
 - f) implementem gradualmente as atividades propostas no Plano de Ação, de modo a habilitar e fortalecer os sistemas de saúde nacionais e locais para que possam efetivamente proteger a saúde humana dos riscos relacionados à mudança climática.
3. Solicitar à Diretora que:
 - a) continue a cooperar estreitamente com os Estados-Membros no estabelecimento de redes que facilitem a coleta e disseminação de informações e a promover sistemas de pesquisa e vigilância relacionados ao clima e saúde;
 - b) apoie os esforços dos países para lançar campanhas de conscientização acerca da mudança climática, reduzir a pegada de carbono do setor da saúde e preparar os profissionais da saúde para a implementação de intervenções de adaptação eficazes;
 - c) trabalhe com os países na mobilização de recursos para atividades destinadas a reduzir os impactos da mudança climática sobre a saúde;

- d) trabalhe com os países, mecanismos de integração sub-regional, organismos internacionais, redes de peritos, sociedade civil e setor privado para criar parcerias que promovam ações ambientalmente sustentáveis que levem em conta o impacto sobre a saúde em todos os níveis;
- e) ajude os Estados-Membros a avaliar a vulnerabilidade de suas populações à mudança climática e desenvolver opções de adaptação baseadas nessas avaliações;
- f) ajude os Estados-Membros a implementar o Plano de Ação, elaborar planos nacionais ajustados às necessidades locais e informar sobre o progresso nessa área em reuniões de alto nível como a Cúpula da Terra de 2012.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
Repertição Sanitária Pan-Americana, Escritório Regional da
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

CD51/6, Rev. 1 (Port.)
Anexo B

**Relatório sobre as implicações financeiras e administrativas do projeto
de resolução para a Secretaria**

1. Tema da Agenda: 4.3: Estratégia e Plano de Ação sobre Mudança Climática

2. Vínculo com o Orçamento por Programas 2012-2013:

a) Área de trabalho: Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental

b) Resultado esperado:

OE 8: Promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e influenciar políticas públicas em todos os setores a fim de abordar as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde.

RER 8.1: Difusão de avaliações, normas e diretrizes baseadas em evidências sobre riscos prioritários de saúde ambiental (por exemplo, qualidade do ar, substâncias químicas, campos eletromagnéticos, radônio, água potável, reutilização de águas residuais).

RER 8.4: Orientação, ferramentas e iniciativas para ajudar o setor da saúde a influir nas políticas em setores prioritários (por exemplo, energia, transporte, agricultura), avaliar os impactos na saúde, determinar os custos e benefícios de políticas nestes setores e aproveitar investimentos em outras áreas para melhorar a saúde.

RER 8.5: Melhor liderança do setor de saúde para promover um ambiente mais saudável e influenciar políticas públicas em todos os setores a fim de abordar as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde, respondendo a questões de saúde ambiental emergentes e reemergentes em decorrência do desenvolvimento, novas tecnologias, mudança ambiental global e padrões de consumo e produção.

RER 8.6: Apoio aos Estados-Membros mediante cooperação técnica para o desenvolvimento de políticas, estratégias e recomendações baseadas em evidências para identificar, prevenir e abordar problemas de saúde pública resultantes da mudança climática.

OE 5: Reduzir as consequências para a saúde de emergências, desastres, crises e conflitos e minimizar seu impacto socioeconômico.

RER 5.5: Apoio aos Estados-Membros mediante cooperação técnica para fortalecer a preparação nacional e estabelecer mecanismos de alerta e resposta para emergências em inocuidade dos alimentos e saúde ambiental.

3. Implicações financeiras: A estratégia tem implicações financeiras para a Organização.

- a) Custo total estimado da implementação durante o ciclo de vida da resolução (arredondado para os US\$10.000 mais próximos, inclusive pessoal e atividades):**

US\$450.000 por ano durante 5 anos, no total de \$2.250.000

- b) Custo estimado para o biênio 2012-2013 (arredondado para os US\$10.000 mais próximos, inclusive pessoal e atividades):**

\$900.000

- c) Parte do custo estimado em b) que pode ser incluída nas atuais atividades programadas:**

\$300.000

4. Implicações administrativas

- a) Níveis da Organização em que o trabalho será efetuado:**

Regional, sub-regional e nacional

- b) Pessoal adicional necessário (equivalente em pessoal a tempo integral, indicando as habilidades necessárias):**

Um profissional (P-4) para fornecer apoio técnico e coordenar e monitorar a implementação de projetos específicos de cada país.

- c) Cronograma (prazo amplo para implementação e avaliação):**

2012-2017



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
Repartição Sanitária Pan-Americana, Escritório Regional da
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

CD51/6, Rev. 1 (Port.)
Anexo C

FORMULÁRIO ANALÍTICO PARA VINCULAR TEMAS DA AGENDA AOS MANDATOS DA ORGANIZAÇÃO
1. Tema da agenda: 4.3 Estratégia e Plano de Ação sobre Mudança Climática
2. Unidade responsável: Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental / Riscos ambientais e ocupacionais (SDE/ER). Encarregado da preparação: Carlos Corvalán
3. Lista de centros colaboradores e instituições nacionais vinculadas a este tema: • Instituto Nacional de Salud Pública (INSP), Cuernavaca, México • National Institute of Environmental Health Services (NIEHS-NIH), Estados Unidos • Centers for Disease Control and Prevention (CDC), Estados Unidos • Institut national de santé publique du Québec (INSPQ-CHUQ-DSP), Canadá • Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil • The Center for Sustainability and the Global Environment (SAGE), Universidade de Wisconsin-Madison, Estados Unidos
4. Vínculo entre este tema e a Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017: Item (b) Abordar os determinantes de saúde – Parágrafo 40 Os determinantes de saúde devem ser abordados a fim de proteger de modo eficaz as populações pobres, marginalizadas e vulneráveis. Os determinantes estão relacionados ao seguinte: (a) exclusão social; (b) exposição a riscos; (c) urbanização não planejada; (d) efeitos da mudança climática. Este enfoque requer uma revisão das estruturas legislativas, que atualmente fornecem incentivos adversos para a melhoria dos determinantes da saúde. Notas e referências – Parágrafo 32 As variáveis incluídas neste grupo são as seguintes: (a) exclusão social: renda, gênero, educação, origem étnica e deficiências; (b) exposição a riscos: condições precárias de vida e de trabalho, estilos de vida pouco saudáveis, falta de informação, dificuldade de obter acesso a alimentos e água, contaminação do solo, água e ar, e alimentos contaminados; (c) a urbanização não planejada exacerba a inadequação dos serviços de água e saneamento e da moradia; (d) entre as consequências da mudança climática estão enchentes, secas e doenças transmitidas por vetores que afetam a população pobre com maior intensidade.

5. Vínculo entre este tema e o Plano Estratégico 2008-2012:

OE 8: Promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e influenciar políticas públicas em todos os setores a fim de abordar as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde.

RER 8.1: Difusão de avaliações, normas e diretrizes baseadas em evidências sobre riscos prioritários de saúde ambiental (por exemplo, qualidade do ar, substâncias químicas, campos eletromagnéticos, radônio, água potável, reutilização de águas residuais).

RER 8.4: Orientação, ferramentas e iniciativas para ajudar o setor da saúde a influir nas políticas em setores prioritários (por exemplo, energia, transporte, agricultura), avaliar os impactos na saúde, determinar os custos e benefícios de políticas nestes setores e aproveitar investimentos em outras áreas para melhorar a saúde.

RER 8.5: Melhor liderança do setor de saúde para promover um ambiente mais saudável e influenciar políticas públicas em todos os setores a fim de abordar as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde, respondendo a questões de saúde ambiental emergentes e reemergentes em decorrência do desenvolvimento, novas tecnologias, mudança ambiental global e padrões de consumo e produção.

RER 8.6: Apoio aos Estados-Membros mediante cooperação técnica para o desenvolvimento de políticas, estratégias e recomendações baseadas em evidências para identificar, prevenir e abordar problemas de saúde pública resultantes da mudança climática.

OE 5: Reduzir as consequências para a saúde de emergências, desastres, crises e conflitos e minimizar seu impacto socioeconômico.

RER 5.5: Apoio aos Estados-Membros mediante cooperação técnica para fortalecer a preparação nacional e estabelecer mecanismos de alerta e resposta para emergências em inocuidade dos alimentos e saúde ambiental.

6. Boas práticas nesta área e exemplos de países da Região das Américas:

Os Ministros da Saúde da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile aprovaram uma estratégia e plano de ação para o Mercosul (Acordo 12/09), com base no Projeto de Plano de Ação da OPAS para 2008. O Brasil possui intervenções de saúde bem definidas dentro do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O Ministério da Saúde do Equador assinou uma Declaração para a Conferência das Partes da UNFCCC, no México, em 2010, descrevendo o compromisso e as atividades do país. A Bolívia inclui a saúde em seu plano nacional de adaptação à mudança climática.

Implicações financeiras deste tema da agenda: US\$450.000 por ano durante 5 anos, no total de \$2.250.000.